

# Um estudo do posicionamento adotado pelos *Stakeholders* sobre a materialidade e a responsabilização das informações contidas no Relato Integrado

## Resumo

**Objetivo:** O objetivo deste estudo é identificar, de forma individualizada, o posicionamento adotado por cada participante no processo de elaboração do Relato Integrado (RI) na etapa de *Consultation Draft* e se esse posicionamento é semelhante ao adotado por outros que se identificaram de maneira semelhante.

**Método:** Foram lidas 224 cartas-comentários, que foram codificadas de acordo com o posicionamento e justificativa apresentada por cada remetente. Foi utilizada a estatística qui-quadrado para determinar a associação entre remetentes e a independência entre diferentes grupos.

**Resultados:** Os resultados encontrados mostram que os *stakeholders*, com exceção dos provedores de capital financeiro, tenderam a discordar do conceito de materialidade sugerido pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC). Verificou-se que a maioria das empresas não foi resistente em assumir a responsabilidade sobre as informações divulgadas no RI.

**Contribuições:** Este estudo identificou que o RI foi elaborado para atender aos investidores, deixando em segundo plano os interesses de grupos mais voltados à sustentabilidade, uma vez que os demais *stakeholders* não se viram representados, pois a integração pretendida pelo RI não foi entendida como algo amplo, motivo pelo qual não demandaria, a princípio, grandes mudanças operacionais por parte das empresas ao aceitarem o RI.

**Palavras-chave:** Materialidade, Responsabilização, Governança.

## Wesley Paulo dos Santos

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenador na Faculdade Santa Helena. **Contato:** Av. Caxangá, Madalena, Recife/PE, CEP: 50610-120.  
E-mail: [wesley\\_paulo@live.com](mailto:wesley_paulo@live.com)

## Raimundo Nonato Rodrigues

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). **Contato:** Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), CCSA/PPGCC, Recife/PE, CEP: 50740-580.  
E-mail: [rnrddg@uol.com.br](mailto:rnrddg@uol.com.br)

## Luiz Carlos Miranda

Ph.D. em Agribusiness pela University of Illinois. Professor Titular na PPGCC/UFPE. **Contato:** Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), CCSA/PPGCC, Recife/PE, CEP: 50740-580.  
E-mail: [mirandaphd@gmail.com](mailto:mirandaphd@gmail.com)

## 1. Introdução

De abril a julho de 2013, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) colocou em discussão o que viria a ser o rascunho do *framework* do Relato Integrado (RI), por meio do documento intitulado *Consultation Draft of the International <IR> Framework*, na etapa nomeada de *Consultation Draft*. Esta foi a segunda consulta aberta para a comunidade internacional e contou com a colaboração de 359 respostas vindas de todos continentes do mundo (IIRC, 2013a). Essas respostas foram de diversos grupos de *stakeholders* como: academia (*academic*), profissionais da contabilidade (*accountancy profession*), seguradores (*assurance provider*), analistas de mercado (*analyst*), pessoas individuais (*individual*), representantes do trabalho (*labor representative*), organizações não governamentais (*non-government organization*), reguladores e normatizadores de mercado (*policy makers, regulators and standard setters*), órgãos profissionais – contabilidade (*professional bodies – accounting*), órgãos profissionais – outros (*professional bodies – other*), investidores (*provider of financial capital*), preparadores de relatórios (*report preparers*) e outros (*other*). Por fim, após essa segunda etapa, cinco meses depois, em dezembro de 2013, foi divulgada para a comunidade internacional, de forma definitiva, “a Estrutura Internacional para Relato Integrado- *Framework*” (IIRC, 2013b).

O RI surgiu com o objetivo de harmonizar as informações de sustentabilidade com o que era evidenciado nas demonstrações contábeis. Para Carvalho e Kassai (2014), o RI, caso alcance o seu objetivo pretendido, será o instrumento que revolucionará a Contabilidade, uma vez que mudará a forma que a empresa comunicará o seu valor. O que diferencia o RI dos demais relatórios de sustentabilidade é o conceito de vários capitais que o *framework* trabalha e a forma com que busca conciliar esses demais capitais com o capital financeiro (Fasan; Mio & Pauluzzo, 2016). Assim, capitais como o capital manufaturado, capital intelectual, capital humano, capital social e de relacionamento e capital natural podem se relacionar com o capital financeiro. O RI recebeu diversos apoiadores ao redor do mundo, sendo um dos mais notáveis o Príncipe de Gales, além de ser citado como um meio de comunicação necessário e desejável pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) na Rio+20.

Apesar de o RI possuir apoiadores, há também quem o critique. Pesquisadores como Flower (2015) e Thomson (2015) criticam a forma como *Framework* foi concebido e consideram que o IIRC sujeitou o RI não às demandas de sustentabilidade, mas aos interesses do capital financeiro, rejeitando assim o interesse público em favor do interesse do capital financeiro. Uma vez que o RI já é um relatório adotado por diversas empresas e utilizado por vários *stakeholders* ao redor do mundo, identificar a quais interesses de fato ele atende é algo extremamente complexo.

Deve ser ofertada maior atenção para o processo de elaboração do RI, pois foi durante a elaboração do RI que o IIRC identificou os interesses de cada indivíduo ou grupo que participou do processo de elaboração do documento. Sobre isso Watts e Zimmerman (1978) informam que a maneira mais simples de identificar a quais interesses uma norma contábil serve é durante o seu processo de confecção, por meio do estudo do *lobbying* realizado por cada parte interessada e a forma que este tenta influenciar o legislador. Assim, é durante o processo de confecção de uma norma que o elaborador identifica os interesses de cada grupo e determina a quais grupos a norma vai privilegiar. A identificação dos interesses ocorre por meio do processo de *lobbying* e é mais fácil de visualizar quando ele se dá na forma de consultas públicas como acontece com os principais reguladores contábeis e que também foi adotado pelo IIRC.

Esses processos de consultas públicas já são conhecidos pela Contabilidade, uma vez que vários estudos já se propuseram a analisar o processo da promulgação das normas contábeis, como, por exemplo: Orens, Jorissen, Lybaert e Tas (2011), Giner e Arce (2012) e Demaria, Dufour, Louisylois e Luu (2012), que analisaram o *lobbying* existente no contexto do *International Accounting Standards Board* (Iasb). Estudos sobre o processo de *lobbying* são importantes, pois, segundo Sutton (1984), só participarão do processo as partes interessadas que concluem que os benefícios potenciais gerados com a sua participação excedam os custos ao participar, tendo em conta a probabilidade de influenciar o resultado. Dessa forma, os grupos de *stakeholders* no geral estarão atuando de forma a tentar maximizar os seus interesses no modelo denominado de escolha racional do *lobby* (Sutton, 1984).

O IIRC, ao elaborar o RI, optou por passar por vários processos comuns ao *Financial Accounting Standards Board* (Fasb) e Iasb como, por exemplo, duas etapas de consulta pública. No entanto, o RI possui uma característica peculiar, pois, diferente de uma regulação que é imposta, o RI tem sua adesão realizada de forma voluntária pela empresa e o seu não cumprimento em uma data futura não implica uma sanção legal para a empresa; ainda assim, o *framework* pretende que todas as informações materiais, boas ou más, sejam divulgadas pelos responsáveis por meio da governança da empresa e estes também sejam responsabilizados por elas (IIRC, 2013b; Reuter; Messner, 2015). Seguindo a teoria da Divulgação Voluntária, a ausência de regulação permite que tanto a divulgação quanto a credibilidade dessas informações materiais passem pela análise e crivo do mercado, sendo os seus principais agentes os fornecedores de capital financeiro (Healy & Palepu, 2001; Ling & Mowen, 2013).

Assim, este estudo analisou o *lobbying* realizado pelos grupos de interesse na etapa de *Consultation Draft* do RI em busca de uma melhor compreensão desse processo político e analisará a seguinte questão: **Qual foi o posicionamento adotado por cada grupo de stakeholder na etapa de Consultation Draft durante a elaboração do RI?** O objetivo deste estudo é identificar, no processo de *Consultation Draft* do Relato Integrado, o posicionamento adotado por cada participante e se esse posicionamento foi adotado pelos outros participantes que possuíam características comuns. Importa estudar o posicionamento adotado pelos *stakeholders*, pois estudos como o de Flower (2015), o de Thomson (2015) e o de Gibassier, Rodrigue e Arjaliès (2018) concluem que o RI em seu funcionamento não contemplou os anseios das partes interessadas e que a integração defendida pelo IIRC não passou de um mito popular que é aceito por todos, mas que não serve à sustentabilidade. Desse modo, a motivação em pesquisar sobre o RI reside nos possíveis benefícios que esse relatório pode trazer para a sociedade ao divulgar novas informações e apresentar a empresa de forma holística.

Temas voltados à sustentabilidade são relevantes, pois auxiliam na redução de externalidades negativas causadas pelas empresas na sociedade, sendo uma das possíveis medidas adotadas por elas na busca de legitimação, diferencial de mercado e aumento do valor econômico. Assim esta pesquisa se justifica, pois apesar de os estudos sobre *lobbying* em relatórios corporativos existirem no âmbito da Contabilidade desde o trabalho seminal de Watts (1977), apenas o estudo de Reuter e Messner (2015) abordou o tema do *lobbying* em relação ao RI. No entanto, Reuter e Messner (2015) focaram o *lobbying* realizado no início do processo, na etapa de *Discussion Paper*, e não possuíram como foco a materialidade e a responsabilização das informações contidas no RI. Este estudo focará no *lobbying* realizado na etapa de *Consultation Draft*, uma vez que, nessa etapa, os *stakeholders* já haviam demonstrado os seus interesses na fase anterior e já tinham indícios, por meio da publicação do documento rascunho do RI, quais os interesses que o IIRC contemplava até aquele momento.

## 2. Revisão de Literatura

Nesta seção serão abordados os principais trabalhos e conceitos que fomentaram este estudo. A revisão da literatura foi dividida em duas partes: a primeira seção abordará o conceito de materialidade; apresentando no RI suas críticas e outros conceitos apresentados para o tema; e a segunda seção será sobre a responsabilização das informações contidas no RI, sobre quem deve ser responsabilizado pelas informações contidas no relatório e quais grupos concordaram ou discordaram com a responsabilização sugerida pelo IIRC.

## 2.1 A materialidade no RI

O Relato Integrado (RI) é um relatório ou um conjunto de relatórios corporativos que tem como objetivo comunicar a capacidade da organização para criar valor ao longo do tempo (IIRC, 2013b). Ele contém tanto informações financeiras quanto informações não financeiras, sendo sua principal diferença, segundo Fasan, Mío e Pauluzzo (2016), não consta na referência - o conceito de capitais. Os capitais para o RI são definidos como “repositórios de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização” (IIRC, 2013b, p. 11). O RI reconhece a existência de seis tipos de capitais, são eles: 1- capital financeiro; 2- capital manufaturado; 3- capital intelectual; 4- capital humano; 5- capital social e de relacionamento; 6- capital natural. Nem todos os capitais podem ser relevantes ou aplicáveis a todas as organizações (IIRC, 2013b).

Sobre a materialidade, o IIRC a define como sendo “informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo” (IIRC, 2013b, p. 18). Este conceito de materialidade, segundo o IIRC (2013), contempla os fornecedores de capital financeiro ainda que não exclua os demais *stakeholders*. Contudo, para Flower (2015) e Thomson (2015), o IIRC vê os fornecedores de capital financeiro como os principais interessados na capacidade que uma organização possui ao criar valor no tempo.

Porém, uma vez que o RI é algo de caráter voluntário, apesar de contemplar os fornecedores de capital financeiro, este grupo pode não identificar as informações que eles julguem material no RI. Isso pode acontecer pelo fato do RI obedecer à mesma lógica apresentada por outras informações e relatórios divulgados voluntariamente pelas empresas na condição de preparadora. Healy e Palepu (2001) argumentam que as informações divulgadas voluntariamente terão sua materialidade validada após análise realizada pelo mercado enquanto usuários da informação, de forma que não é clara a maneira a qual o mercado analisará se uma informação é material e digna de credibilidade.

Algo semelhante ao exposto por Healy e Palepu (2001) foi encontrado por Linthicum, Reitenga e Sanchez (2010) ao estudar o mercado financeiro dos Estados Unidos na ocasião da crise da Enron. Os autores concluíram que empresas que divulgaram voluntariamente informações sobre responsabilidade social corporativa (RSC) e que possuíam elevados *rating* de tal prática, avaliados por órgãos externos, ainda assim não tiveram os seus retornos negativos mitigados, uma vez que o mercado não deu credibilidade a tais informações pelo fato dessas empresas possuírem como firma de auditoria a Arthur Andersen, a mesma auditoria que a Enron. Ou seja, a informação que o mercado julgou como material foi o escritório de auditoria ao qual a empresa pertencia e, não, as suas boas práticas de RSC validadas por outros organismos externos. Por outro lado, Beck, Dumay e Frost (2017) demonstraram que uma empresa, que preferiu não se identificar, utilizou o RI para se legitimar perante as partes interessadas após ter sofrido com uma crise de confiança pública, demonstrando que o RI pode contribuir para melhorar a imagem da empresa e passar credibilidade para o mercado.

O primeiro ponto que deve ser observado é se o conceito de materialidade, que servirá como premissa para a determinação do que é relevante a ser divulgado no RI, está de acordo com o esperado pelos fornecedores de capital financeiro. Este ponto leva à formulação da primeira hipótese:

***h<sub>1</sub>***: *Os fornecedores de capital financeiro estão de acordo com o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC para o RI.*

O meio utilizado para determinar o posicionamento dos fornecedores de capital financeiro e de todas as partes interessadas sobre as implicações que determinado conceito ou documento pode trazer foi por meio do *lobbying* realizado pelos remetentes de cartas comentários no momento de elaboração da norma (Sutton, 1984). Sutton (1984) assume que um participante só praticará o *lobbying* se os benefícios potenciais gerados com a sua participação excederem aos custos assumidos ao participar, tendo em conta a probabilidade de influenciar o resultado diante do ambiente de incerteza ao qual o processo está inserido. Para Watts e Zimmerman (1978), a definição de uma norma implica quais interesses ou pontos de vista o regulador irá escolher entre os diferentes interesses e pontos de vista dos *stakeholders* em um processo que é político.



No campo da Contabilidade, Sutton (1984) adaptou o modelo de voto desenvolvido por Downs (1957) nas ciências políticas, o qual tinha como objetivo determinar a forma que cada grupo votaria em uma eleição e a justificativa, *lobbying*, utilizado para suportar tal posição. Para ele, o *lobbying* realizado no processo de promulgação de uma norma e o *lobbying* exercido no processo de votação possuem características comuns, pois, nos dois casos, o participante, se racional, deve avaliar os demais *stakeholders* e o *lobbying* exercido por eles.

No modelo de Sutton (1984), é necessário levar em consideração quem praticou *lobbying*, pois este autor afirma que os preparadores tendem a enviar um maior número de cartas ao órgão normalizador do que os usuários das informações financeiras. Jorissen, Lybaert, Orens e Tas (2012) - analisou 3.234 cartas enviadas ao Iasb, entre os anos de 2002 a 2006, e encontrou algo semelhante: 44% do total foi enviada pelos preparadores de relatórios financeiros (*Report preparers*), enquanto que os usuários das informações financeiras (*users*) enviaram apenas 15% do total, ou seja, os preparadores enviaram quase o triplo de cartas em comparação aos usuários.

No contexto do RI, Reuter e Messner (2015) argumentaram que não necessariamente os mesmos atores, que geralmente fazem *lobbying* para os relatórios financeiros, serão encontrados praticando *lobbying* no IIRC. Segundo eles, isso se deve ao fato de que a ideia do relatório integrado é frequentemente associada não só a uma dimensão econômica, mas também às questões de sustentabilidade. Uma vez que a adoção do RI é de caráter voluntário, alguns atores que veem benefícios em praticar *lobbying* na confecção de alguma norma, que diretamente os afete, não necessariamente encontrará essa motivação no RI (Reuter; Messner, 2015).

Para esses estudos Sutton (1984), Jorissen *et al.* (2012) e Reuter e Messner (2015) consideraram como usuários os analistas, investidores individuais ou grupos de investidores, sendo os investidores individuais o maior grupo de remetentes. Já os preparadores de relatórios financeiros foram as organizações empresariais, de negócios e bancos, atuando no IIRC de forma isolada ou em grupo.

Outro ponto sobre os preparadores é que geralmente eles são resistentes em divulgar de forma voluntária o maior número de informações materiais possíveis para os usuários (Ling & Mower, 2013). Isso pode ocorrer, caso os preparadores entendam que o conceito de materialidade adotado pelo RI os expõe a um maior nível de risco. Nesse sentido, Ling e Mower (2013) argumentam que as empresas só divulgarão de forma voluntária, seja informações econômicas, sociais ou ambientais, se a expectativa de benefício futuro dessa informação superar os seus possíveis custos, do contrário, as empresas serão resistentes em emitir de forma voluntária informações materiais que acarretem em um aumento do seu custo de capital. De outra forma, o estudo de Zhou, Simnett e Green (2017) demonstrou que empresas listadas na bolsa de valores de Johannesburg, África do Sul, tiveram o seu custo de capital reduzidos devido a informações apresentadas via RI, sendo esse relatório uma das práticas de boa governança e transparência para os analistas financeiros.

O modelo racional de *lobbying* de Sutton (1984) já previa que os preparadores, se racionais, buscariam influenciar os normatizadores, de modo a minimizar a divulgação de informações materiais, obrigada pela norma, que acarretem no aumento de possíveis custos; e buscariam, de forma inversa, influenciar o normatizador a aprovar algo que maximize os seus possíveis benefícios econômicos. Dessa forma, os preparadores, durante a concepção do RI, poderiam ter adotado uma postura que os impedisse de divulgar um maior número de informações materiais, impedindo um aumento do seu custo de capital. Para verificar a postura adotada pelos preparadores, adotou-se a seguinte hipótese:

**h<sub>2</sub>:** *Os preparadores se mostraram resistentes ao conceito de materialidade apresentado pelo IIRC.*

Em relação à segunda hipótese, outro ponto que será considerado é das justificativas apresentadas pelos preparadores. Algo similar já foi feito por Reuter e Mesner (2015). Essa medida tem como objetivo avaliar se as justificativas apresentadas pelos preparadores que discordam do conceito apresentado pelo IIRC, para a materialidade apoiam-se em questões predominantemente conceituais ou econômicas. Para Sutton (1984), a justificativa apresentada pelo lobista ao normatizador é algo importante, pois será por meio dela que ele, o lobista, tentará influenciar a decisão do normatizador.

Ainda sobre o conceito de materialidade, Gibassier, Rodrigue e Arjaliès (2018) consideram que o RI não conseguiu integrar as informações, pois consideram que há uma grande separação entre o que é desejado e o que é, de fato, refletido no RI, tornando a integração proposta pelo relatório nada mais que um mito aceito por todos, mas não provado pela ciência. Pesquisadores como Flower (2015) e Thomson (2015) argumentam que a integração proposta pelo RI não será possível enquanto o IIRC colocar os fornecedores de capital financeiro como os principais interessados no RI. Segundo eles, tal definição não contempla o que é material para a maioria dos *stakeholders*.

A esse respeito, Gray (2006) argumenta que é errôneo pensar que a criação de valor para os investidores produz uma criação de valor para todos os *stakeholders*, sendo necessário apenas um conflito de interesses entre os investidores e os demais *stakeholders* para ficar claro que a criação de valor para os investidores não engloba a criação de valor de todas as partes interessadas. Para Gray (2006), Searcy e Buslovich (2014) e Flower (2015) será o envolvimento de todos os *stakeholders* na rotina operacional da empresa que avaliará quais itens serão considerados como materiais. De acordo com Gray e Bebbington (2000), materialidade significa a determinação feita pelos *stakeholders* em seu sentido amplo de quais informações e dados devem ser incluídos nos relatórios. Outro conceito de materialidade é o definido pelo G4 (2013), que expõe que materialidade é qualquer questão realmente crítica para atingir os objetivos da organização e gerenciar seu impacto na sociedade.

Diante de outros conceitos que definem a materialidade, a terceira hipótese trabalhada por este estudo possui como objetivo verificar se a maioria dos *stakeholders*, que enviaram respostas ao IIRC sobre essa questão discordam do conceito de materialidade apresentado pelo IIRC:

**h<sub>3</sub>:** *Os demais stakeholders, excluindo os preparadores de relatórios e investidores, discordam do conceito de materialidade apresentado pelo IIRC.*

## 2.2 A responsabilidade das informações divulgadas no RI

Uma prática seguida pelas empresas que adotaram a divulgação voluntária de informações materiais, segundo Roychowdhury e Sletten (2012), é a gestão de más notícias. Os gestores das empresas tendem a atrasar a divulgação de más notícias, aguardando uma notícia favorável para que o efeito dessa boa notícia se iguale ou supere o efeito da notícia má, ou até que sejam capazes de fornecer estimativas confiáveis sobre os seus possíveis efeitos (Roychowdhury; Sletten, 2013).

De forma similar, porém restrita, Bewley e Li (2000) argumentam que empresas com propensões a um maior nível de poluição tendem a dar informações voluntárias mais gerais, menos materiais. A separação das empresas com maior propensão a poluir seguida por Bewley e Li (2000) foi a mesma utilizada por Li, Richardson e Thorton (1997), em que empresas com maior propensão em poluir são as que atuam no setor químico, petróleo, papel e celulose e indústrias de metais primários.

Uma possível saída para evitar informações genéricas e responsabilizar os preparadores seria a regulação do RI nos mercados financeiros. No entanto, Stubbs e Higgins (2018), ao analisar as perspectivas dos *stakeholders* sobre o papel de uma reforma regulatória para o RI, identificaram que as partes interessadas desejam que o relatório avance ainda mais em relação ao conteúdo e em aceite espontâneo por mais preparadores para, então, poder chegar a uma regulação. No entanto, apesar de não regulado, o IIRC indica que a divulgação ou omissão de qualquer informação material no RI é de responsabilidade da governança da empresa, seja essa informação boa ou má (IIRC, 2013b).

Outro ponto é que, apesar de material, as informações divulgadas no RI podem ter diferentes níveis de validação, como chama atenção o próprio IIRC (2013a) por exemplo: as informações contidas no capital financeiro são validadas seguindo a regulação do governo ou da comissão de valores mobiliários, além de passar por auditoria externa; de forma oposta, as informações sobre sustentabilidade, como capital humano e social, podem ser divulgadas sem necessariamente passar por algum tipo de validação anterior.

Dessa maneira, uma medida proposta pelo IIRC como forma de validar as informações contidas no RI foi a petição de uma declaração de responsabilidade pelas informações ali contidas, emitida pelos responsáveis pela governança das organizações (IIRC, 2013c). A esse respeito, o IIRC argumentou que, entre os motivos de oposição a essa declaração de responsabilidade apresentada pelas empresas, era que essa medida poderia trazer possíveis implicações jurídicas para os seus gestores (IIRC, 2013a).

Apesar da oposição relatada pelo IIRC a essa medida, por parte das empresas, o IIRC inseriu no item 3.41 do RI que os responsáveis pela governança “são responsáveis por assegurar a efetiva liderança e tomada de decisão sobre a preparação e apresentação de um relatório integrado” (IIRC, 2013b, p. 21), responsabilizando assim a governança pela preparação e divulgação das informações apresentadas no RI.

E como medida corretiva para inibir qualquer implicação legal, o *framework* também concedeu que caberia à administração da empresa avaliar a confiabilidade de uma informação em caso de indisponibilidade de informações confiáveis ou proibições legais. O *framework* orienta que um relato integrado deva indicar a natureza e explicar a razão da omissão dessa informação, e, em caso de indisponibilidade dos dados, dever-se-á identificar as medidas que serão tomadas e os prazos esperados para que se possa obter a informação de forma confiável (IIRC, 2013b). Assim, o IIRC, apesar de responsabilizar a governança das empresas, também concedeu, em certa medida, que os responsáveis pela governança pudessem continuar avaliando quais informações deveriam conter no RI.

Uma vez que os responsáveis pela governança das empresas tendem a fazer a gestão das notícias que serão divulgadas ao mercado e que o IIRC expôs que houve empresas que se opuseram a tal medida para não responsabilizar a sua governança, a quarta e quinta hipótese considerada por este estudo são que:

**h<sub>4</sub>:** *A maior parte das empresas foi resistente em responsabilizar a governança pelas informações contidas no RI. (Sentido amplo)*

**h<sub>5</sub>:** *Empresas com propensão a um maior nível de poluição foram resistentes em responsabilizar a governança pelas informações contidas no RI. (Sentido restrito)*

Outra medida sugerida pelo IIRC foi a contratação de auditoria externa pelas empresas como forma de aumentar a validade das informações contidas no RI. O IIRC reconheceu a importância de se auditar todo o RI e, apesar do *framework* não fazer tal imposição, no entanto, diz no seu item 3.42 que a auditoria durante a preparação do RI ajuda os responsáveis pela governança da empresa a avaliar se as informações apresentadas são suficientemente confiáveis (IIRC, 2013b).

Jorissen *et al.* (2012) argumentam que os profissionais e empresas de Contabilidade são membros atuantes no processo de *lobbying* de normas contábeis, principalmente quando o processo do desenvolvimento da norma se encontra em seu estágio final, *exposure draft*. A esse respeito, Puro (1984) argumenta que as empresas de Contabilidade tendem a fazer *lobbying* favorável em normas que ampliam a sua demanda de serviços. De forma a concordar, Reuter e Messner (2015) expõem que as publicações das grandes empresas de Contabilidade em favor do Relatório Integrado são um indicativo que essas firmas desejam que tal relatório seja auditado (Pricewaterhousecoopers, 2012; KPMG, 2012; Deloitte & Touche, 2011; Ernst & Young, 2011). Para Reuter e Messner (2015), as empresas de Contabilidade se beneficiarão de um novo mercado de venda de consultoria e auditoria de relatórios integrados.

Dessa forma, as empresas de Contabilidade podem agir de modo a concordar que o RI responsabilize a governança da empresa, pois dessa maneira as próprias empresas iriam demandar os serviços de auditoria e consultoria para o RI, a fim de diluir ou minimizar qualquer possível erro que possa ser atribuído sua responsabilidade aos responsáveis pela governança da entidade (Reuter; Mesner, 2015). Outro ponto positivo com tal medida é que as empresas de Contabilidade não seriam responsabilizadas diretamente pelas informações do RI. Sendo assim, a sexta hipótese é que:

**h<sub>6</sub>:** *As empresas de Contabilidade concordaram em responsabilizar a governança das empresas pelas informações contidas no RI.*

### 3. Metodologia

Nesta seção serão apresentadas a população e a amostra consideradas por este estudo. Apresenta-se também o critério utilizado para a análise de dados e o teste estatístico considerado.

#### 3.1 População e amostra

A população deste estudo foram as 359 cartas comentários enviadas pelos respondentes ao IIRC na etapa de *Consultation Draft*. A população-alvo foi delimitada de acordo com os participantes que responderam às questões 11 e 17 do *Consultation Draft*, a saber:

**Q11:** *Você concorda com essa abordagem da materialidade? Se não, o que você mudaria?* (IIRC, 2013c, p. 1)

**Q17:** *Deveria haver uma exigência para que os responsáveis pela governança incluíssem uma declaração reconhecendo sua responsabilidade pelo relato integrado? Por quê/Por que não?* (IIRC, 2013c, p. 2)

A análise da décima primeira questão (Q11) tem como objetivo responder às questões levantadas pelas hipóteses  $h_1$ ,  $h_2$ ,  $h_3$ , enquanto a análise da décima sétima questão possui como objetivo satisfazer às hipóteses  $h_4$ ,  $h_5$ ,  $h_6$ .

Em relação aos respondentes, 287 cartas, o que corresponde a 80% do total das cartas enviadas, tratou de responder a Q11; enquanto a Q17 foi respondida por 73% da população total, o que equivale a 262 cartas.

Para se determinar a amostra, foram excluídas da população-alvo as cartas enviadas ao IIRC, cujo remetente não identificava a qual grupo de *stakeholders* e setor econômico pertencia; esse mesmo critério foi utilizado por Georgiou (2010) e Tunico e Rodrigues (2016). Foram mantidos na amostra todos aqueles que informaram não pertencer a nenhum grupo ou setor por não se aplicar ou por se denominar de algum outro grupo ou setor diferente dos que foram disponibilizados pelo IIRC. Assim, a amostra considerada para a Q11 foi de 215 cartas comentários, enquanto para a Q17 foi de 200 cartas, o que equivale respectivamente a 75% e 76% do total de remetentes que responderam às questões 11 e 17.

#### 3.2 Critério para análise dos dados

Ao somar os remetentes das questões 11 e 17, foi verificado que 191 cartas responderam a ambas as questões; 24 remetentes responderam apenas a Q11 e 9 cartas trataram apenas da Q17, sendo o total de cartas analisadas se somados os respondentes das duas questões de 224 cartas.

As questões 11 e 17 dessas 224 cartas foram analisadas de acordo com o seu grau de concordância. Os remetentes que discordaram total ou parcialmente do conceito apresentado pelo IIRC, para cada questão, foram classificados como “divergentes”; de forma oposta, os remetentes que aceitaram integralmente o que foi proposto pelo IIRC, para cada questão, foram classificados como “convergentes”.

Em seguida, foi analisada a justificativa apresentada por cada grupo que foi considerado no rascunho do RI elaborado pelo IIRC. Esse tipo de análise foi adaptado com base no exposto nos trabalhos de Reuter e Messner (2015), Giner e Arce (2012) e Stenka e Taylor (2010). As justificativas apresentadas foram classificadas como: 1- econômica, quando o remetente se justificar, de modo predominante, fazendo menção a possíveis custos ou benefícios econômicos; e 2- conceitual, quando o remetente em sua justificativa predominantemente discute com base em conceitos e teorias (Reuter; Messner, 2015).

Por fim, além de identificar os que divergiam estatisticamente dos conceitos apresentados pelo IIRC e a natureza de sua justificativa, foi analisado entre os divergentes, a quem ou a quais grupos deveriam, no entender deles, se destinar tal conceito.



### 3.3 Teste estatístico

Foi aplicado o teste de Estatística Não Paramétrica para responder a cada hipótese levantada por este estudo. A Estatística Não Paramétrica é a indicada por não depender de parâmetros populacionais, sendo o teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) de Bondade de Ajuste o meio utilizado para determinar se há relação estatisticamente significativa entre variáveis qualitativas (Kruska-Miller, 2014), que é dado por:

Equação 1: Qui-quadrado

$$\chi^2 = \sum \frac{(O - E)^2}{E}$$

Fonte: Kraska-Miller (2014)

Sendo:

$\chi^2$  - Qui-quadrado;

O - Frequência de valores observados;

E - Frequência de valores esperados.

A frequência de valores esperados para o teste Qui-Quadrado de Bondade de Ajuste se dá pela divisão do número total de observações pelo número total de categorias consideradas. Uma vez que serão consideradas duas categorias, o valor esperado será a metade do total de observações.

Para Kraska-Miller (2014) e Siegel (1957), o teste  $\chi^2$  de Bondade de Ajuste é eficaz para determinar se a frequência das respostas dentro de um grupo pode ser considerada estatisticamente homogênea. Este teste também foi aplicado no estudo de Reuter e Messner (2015), que tratou sobre o *lobbying* na etapa inicial do RI.

O teste  $\chi^2$  de Bondade de Ajuste consiste em comparar o somatório da frequência do valor observado na população “O” pela frequência do valor esperado “E”. Uma maior frequência do valor observado em relação ao valor esperado indica uma tendência nas respostas de determinado grupo. Essa tendência terá que ser validada por meio da análise do *p-value*, que, para este estudo, foi adotado um nível de significância de 5%, ou seja, apenas as tendências que tiverem um *p-value* abaixo de 5% é que serão consideradas estatisticamente significativas. O grau de liberdade (gl) para o teste  $\chi^2$  foi dado por:  $(t - 1) \times (c - 1)$ , o “t” representa a quantidade de linhas e “c” a quantidade de colunas em uma matriz CxT: 2x2 o que resulta em  $gl = 1$ .

Também foi realizado o teste  $\chi^2$  de independência para o item 4.2.2, que tinha como objetivo identificar a independência entre duas populações diferentes. O teste de Independência utiliza a mesma fórmula, conceito e interpretação do teste  $\chi^2$  de Bondade de Ajuste.

## 4. Resultados

Os resultados foram divididos em dois grupos. O primeiro grupo, item 4.1, apresentará e discutirá o posicionamento adotado pelos *stakeholders* em relação à proposta de materialidade sugerida pelo IIRC. O segundo grupo, item 4.2, se concentrará em discutir os resultados encontrados em relação à responsabilização das informações contidas no RI.

### 4.1 Materialidade no RI

O resultado obtido do posicionamento adotado por cada grupo de *stakeholders* em relação à materialidade foi dividido e discutido em tópicos próprios de acordo com o grupo considerado.

#### 4.1.1 Fornecedores de capital financeiro

Em relação ao grau de concordância dos fornecedores de capital financeiro sobre o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC, dos 215 remetentes considerados por este estudo que responderam à Q11, 19 deles se denominaram provedores de capital financeiro. Em relação à região geográfica, 5% possuía atuação na África, 5% na América Central e do Sul, 5% no Oriente Médio, 5% Oceania, 16% da América do Norte, 16% de atuação global e 47% no Oeste da Europa.

Tabela 1

##### Fornecedores de capital financeiro (investidores)

Concordância	Número Observado	Número Esperado	Resíduo
Concorda	13	9.5	3.5
Não concorda	6	9.5	-3.5
Total	19	-	-
Estatísticas de teste			
Qui-Quadrado		2,579 <sup>a</sup>	
Graus de liberdade		1	
P-value		0.108	
Significância exata		0.167	
Probabilidade de ponto		0.104	

a. 0 células (0,0%) possuem frequências esperadas menores que 5. O mínimo de frequência de célula esperado é 9,5.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

A frequência de valor esperado pelo teste foi de 9,5 e a frequência de valor observado como convergentes 13 e divergentes 6. O teste  $\chi^2$  foi igual a 2,579 para  $gl=1$  e  $p-value=0,108$ . Com base nos resultados apresentados pelo  $\chi^2$ , é possível identificar uma tendência dos fornecedores de capital em não rejeitar o conceito apresentado pelo IIRC, uma vez que a frequência de valor observado pelos categorizados como convergentes foi maior do que a frequência esperada. No entanto, apesar de o teste indicar uma tendência entre o conceito apresentado pelo IIRC com o que era esperado pelos fornecedores de capital financeiro, esta tendência não se mostrou estatisticamente significativa por apresentar um  $p-value$  superior a 5%. Dessa forma, não é possível validar a  $h_1$  que os fornecedores de capital financeiro estão de acordo com o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC para o RI.

A maioria dos investidores concordaram que eles eram a principal parte interessada no RI. Entre os argumentos que concordaram, alguns investidores chamaram a atenção para o fato de que o *Global Reporting Initiative (GRI)*, por meio do seu relatório de sustentabilidade, também orientou o seu conceito de materialidade para contemplar primeiramente os investidores. Os investidores que se opuseram defenderam uma maior participação dos demais *stakeholders*. Sobre isso o remetente Element Investment (2013) sugeriu que o processo de definição da materialidade incluísse adequadamente todos os principais *stakeholders* interessados na organização e não privilegiasse apenas os investidores.

O fato de os investidores concordarem, em sua maioria, com o conceito de materialidade proposto para o RI faz com que o argumento de Flower (2015) e Thomson (2015) ganhe sustentação, ou seja, o RI em seu desenvolvimento buscou privilegiar os investidores, sendo essa classe de forma predominante concordante com o conceito proposto. O fato de não ser estatisticamente significativo pode residir no fato de que investidores que já viram seus interesses contemplados por meio do rascunho do RI não tiveram estímulos suficientes para realizar *lobbying*.

#### 4.1.2 Preparadores de relatório

Sobre  $h_2$ , os preparadores de relatórios se mostraram resistentes com o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC. Foram considerados 82 remetentes que se denominaram pertencentes a esta categoria. As regiões geográficas desses preparadores de relatório foram de 4% Leste da Europa, 5% na África, 5% Oceania, 9% América Central e do Sul, 11% América do Norte, 17% Ásia, 20% de atuação Global e 30% do Oeste da Europa.

Tabela 2

##### Preparadores de relatórios financeiros

Concordância	Número Observado	Número Esperado	Resíduo
Concorda	28	41.0	-13.0
Não concorda	54	41.0	13.0
Total	82		
Estatísticas de teste			
Qui-Quadrado		8,244 <sup>a</sup>	
Graus de liberdade		1	
P-value		0.004	
Significância exata		0.005	
Probabilidade de ponto		0.003	

a. 0 células (0,0%) possuem frequências esperadas menores que 5. O mínimo de frequência de célula esperado é 9,5.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

A frequência esperada para o teste foi de 41 e a frequência observada foi de 54 casos como divergentes contra 28 convergentes. O teste  $\chi^2$  foi igual a 8,244 para  $gl=1$  e  $p-value= 0,004$ . Assim, é possível atribuir aos preparadores uma tendência estatisticamente significativa em rejeitar o conceito apresentado pelo IIRC para o RI, validando assim  $h_2$ . Uma vez que a diferença apresentada pelos preparadores de relatórios com o conceito de materialidade proposto pelo IIRC foi estatisticamente significativa, foi feita uma segunda análise para identificar, entre os preparadores divergentes, se havia uma justificativa predominante, apresentada por eles, para se opor ao apresentado pelo IIRC.

Tabela 3

##### Justificativa apresentada pelos preparadores de relatórios financeiros

Justificativa	Número Observado	Número Esperado	Resíduo
Econômica	9	27.0	-18.0
Conceitual	45	27.0	18.0
Total	54		
Estatísticas de teste			
Qui-Quadrado		24,000a	
Graus de liberdade		1	
P-value		0.000	
Significância exata		0.000	
Probabilidade de ponto		0.000	

a. 0 células (0,0%) possuem frequências esperadas menores que 5. O mínimo de frequência de célula esperado é 9,5.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Dos 54 preparadores que divergiram do conceito apresentado pelo rascunho do RI, 17% apresentaram justificativa econômica, enquanto 83% justificaram a divergência de modo conceitual. A frequência esperada era de 27 para ambos os casos e a frequência observada foi de 9 justificativas econômicas e 45 apresentadas como conceituais. O  $\chi^2$  foi igual a 24,00 para  $gl=1$  e  $p\text{-value}= 0,000$ , o que revela possuir uma tendência entre os preparadores de relatório que se opõem ao conceito apresentado pelo IIRC em adotar uma justificativa conceitual.

E em relação ao conteúdo da divergência, foi visto que, entre os 54 preparadores divergentes, 46 remetentes (ou 85%) queriam um conceito que melhor atendesse aos demais *stakeholders*, que não os provedores de capital financeiro, enquanto 8 remetentes que discordaram, o que equivale a 15% dos preparadores divergentes, fizeram *lobbying* em busca de um conceito mais próximo ao apresentado pelo Fasb e Iasb.

Tabela 4

**Os preparadores defenderam que o conceito melhor contemple**

Beneficiados	Número Observado	Número Esperado	Resíduo
Os investidores	8	27.0	-19.0
Os demais <i>stakeholders</i>	46	27.0	19.0
Total	54		
Estatísticas de teste			
Qui-quadrado		26,741a	
Graus de liberdade		1	
P-value		0.000	
Significância exata		0.000	
Probabilidade de ponto		0.000	

a. 0 células (0,0%) possuem frequências esperadas menores que 5. O mínimo de frequência de célula esperado é 9,5.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

O teste considerou a frequência observada para o conteúdo da divergência de 27 para ambos os casos e o  $\chi^2$  obtido foi de 26,741 para  $gl=1$  e  $p\text{-value}= 0,000$ . Assim, a maioria dos preparadores, ao divergir do conceito de materialidade apresentado pelo IIRC, valeu-se de justificativas conceituais e possuíam como objetivo que o conceito de materialidade contemplasse de melhor forma os demais *stakeholders*, além dos fornecedores de capital financeiro.

O resultado demonstra que a maioria dos preparadores não concordou com o conceito de materialidade, por isso sugeriram mudanças para melhor contemplar os *stakeholders*. O remetente The Media Group (2013) sugeriu que o item 3.24 do documento rascunho do RI fosse reescrito informando que um tema é material quando é considerado pela alta administração, investidores e demais partes interessadas. Entre os remetentes que discordaram e que seguiram justificativas econômicas, informaram que os investidores podem desconsiderar determinada informação que no futuro pode afetar a criação de valor da empresa para as outras partes interessadas.

Esse resultado é diferente ao que foi exposto por Ling e Mower (2013) de que as empresas eram resistentes em divulgar um maior número de informações financeiras. No entanto, é semelhante ao que foi sustentado por Reuter e Messner (2015) de que, uma vez que o RI não é regulamentado, não implicando, necessariamente, consequências legais e econômicas, apenas os preparadores que adotam uma agenda voltada à sustentabilidade teriam estímulo a participar do processo de elaboração do RI. Beck, Dumay e Frost (2017) argumentam que os preparadores tendem a concordar em defender os interesses dos demais *stakeholders* como forma de legitimação perante a sociedade, sendo o RI o instrumento necessário para essa visibilidade. Zhou, Simnett e Green (2017) e Gibassier, Rodrigue e Arjaliès (2018) avaliam de forma cética o interesse das empresas em defender os demais *stakeholders*. Para eles, as organizações podem implementar o RI sem que de fato tenha havido uma integração entre as diferentes partes da empresa, sendo um mito aceito pelas empresas e divulgado por elas para conquistar benefícios como redução do custo de capital.

### 4.1.3 Stakeholders e a materialidade

Nesta sessão foi analisado se os demais *stakeholders*, excluindo os investidores e preparadores de relatório, discordam do conceito de materialidade apresentado pelo IIRC. Os demais *stakeholders* é constituído por 114 remetentes e o seu percentual foi de 1% sindicato, 2% profissionais de Contabilidade, 5% analistas de mercado, 6% outros usuários, 6% fiscalizadores de mercado, reguladores e normatizadores, 7% investidores individuais, 10% acadêmicos, 11% provedores de garantia, 11% organização não-governamental, 12% entidade de classe – Contabilidade, 14% entidade de classe – outros e 15% outros. As regiões geográficas desses remetentes foram de 4% Leste da Europa, 4% outras regiões, 5% África, 6% América do Norte, 8% Oceania, 10% América Central e do Sul, 14% Ásia, 15% Global, 34% Oeste da Europa.

Tabela 5

#### Os demais *stakeholders* concordam com o conceito apresentado pelo IIRC para a materialidade?

	Número Observado	Número Esperado	Resíduo
Concordam	51	57.0	-6.0
Não concordam	63	57.0	6.0
Total	114		
Estatísticas de teste			
Qui-Quadrado		1,263a	
Graus de liberdade		1	
P-value		0.261	
Significância exata		0.303	
Probabilidade de ponto		0.080	

a. 0 células (0,0%) possuem frequências esperadas menores que 5. O mínimo de frequência de célula esperado é 9,5.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

A frequência esperada para o teste foi de 57 para ambos os casos; a quantidade observada de divergentes foi de 63 remetentes, enquanto a quantidade observada de convergentes foi de 51. O teste  $\chi^2$  foi de 1,263 para  $gl=1$  e  $p-value=0,261$ . O resultado aponta uma tendência dos demais *stakeholders* em não concordar com o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC, porém tal tendência não foi significativa estatisticamente. Dessa forma, apesar da tendência, não é possível validar a  $H_3$  de que não há diferença entre o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC com o que foi apresentado pelos demais *stakeholders*.

Por fim, em relação à materialidade, foi realizado um teste  $\chi^2$ , que contou com todos os 215 remetentes. Este teste considerou todos os remetentes como sendo pertencentes um único grupo. Dessa forma, os lobistas não foram separados em grupos de *stakeholders* ou setor. O objetivo ao tratar todos os *stakeholders*, incluindo os provedores de capital financeiro e preparadores de relatório em um único teste, desprezando o grupo de interesse a que eles pertenciam, foi o de verificar se no geral existiu uma tendência estatisticamente significativa em divergir do conceito de materialidade apresentado pelo IIRC para a Q11.

Do total dos 215 remetentes, 38% foram de preparadores de relatório, enquanto o segundo grupo de *stakeholder*, que mais praticou *lobbying*, foi com 9% os provedores de capital financeiro, 7% entidade de classe - Outros, 7% entidade de classe - Contabilidade, 6% provedores de garantia, 6% organizações não governamental, 5% acadêmicos, 4% individual, 3% fiscalizadores de mercado, reguladores e normatizadores, 2% analistas de mercado, 1% profissionais da contabilidade, 1% sindicatos, 11% outros.



Tabela 6

**Os stakeholders no geral divergiram do conceito de materialidade apresentado pelo IIRC?**

	Número Observado	Número Esperado	Resíduo
Concordam	92	107,5	-15,5
Não concordam	123	107,5	15,5
Total	215		
Estatísticas de teste			
Qui-Quadrado		4,470a	
Graus de liberdade		1	
P-value		0,034	
Significância exata		0,041	
Probabilidade de ponto		0,080	

a. 0 células (0,0%) possuem frequências esperadas menores que 5. O mínimo de frequência de célula esperado é 9,5.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

O valor esperado para ambos os casos foi de 107,5; o valor observado para os convergentes foi de 92 remetentes e para os divergentes de 123. O teste  $\chi^2$  foi igual a 4,470 para  $gl=1$  e  $p-value=0,034$ . Dessa forma, existiu uma tendência estatisticamente significativa entre os *stakeholders* em responder à Q11 apenas quando o remetente não concordava com o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC.

Ao analisar todos os resultados em conjunto, há indícios que os remetentes tiveram estímulos ao praticar *lobbying* no IIRC sobre o conceito de materialidade, por não concordarem com ele. O grupo de *stakeholder*, predominante nesse processo de *lobbying*, foi o dos preparadores de relatório, o qual é constituído em grande parte por empresas; a justificativa dominante apresentada foi conceitual e voltada para uma noção de materialidade que melhor contemplasse os demais *stakeholders*.

Esses resultados estão de acordo com os achados de Sutton (1984), que afirma que os preparadores de relatórios tendem a ser o grupo a enviar a maior quantidade de cartas, ficando à frente dos provedores de capital financeiro. Reuter e Messner (2015) argumentam que o estímulo das organizações em participar da elaboração do RI foi por possuírem uma agenda voltada à sustentabilidade, de modo a contemplar os demais *stakeholders* e não pensar unicamente em fins econômicos. No entanto, Cho, Laine, Roberts e Rodrigue (2015) argumentam que o que motivam as empresas a contemplarem de forma voluntária os seus *stakeholders* é a gestão que elas podem fazer, a partir disso, dos possíveis conflitos existentes entre eles. Dessa forma, Cho *et al.* (2015) concordam com Bewley e Li (2000), pois para eles o objetivo dos preparadores é divulgar em um relatório ou em um conjunto de relatórios o mínimo de informações possíveis, que sejam capazes de satisfazer a necessidade da maior parte dos seus *stakeholders* ou pelo menos dos mais importantes em um conceito trabalhado por eles de hipocrisia organizada.

## 4.2 Responsabilização sobre o RI

O resultado obtido do posicionamento adotado por cada grupo de *stakeholders* em relação à responsabilização das informações apresentadas no RI foi dividido e discutido em tópicos próprios de acordo com o grupo considerado.

#### 4.2.1 O *lobbying* realizado pelos preparadores

Neste tópico, será analisada a resposta dada pelos preparadores sobre a Q17, em que o IIRC buscou responsabilizar a governança das organizações pelas informações contidas no RI. A hipótese que buscará ser validada será a  $h_4$ , em que a maior parte das empresas foi resistente em responsabilizar a governança pelas informações contidas no RI. Dos 200 remetentes que responderam a essa questão, considerados por este estudo, 71 deles se denominou como preparadores de relatórios, empresas.

O setor econômico pertencente a essas empresas foi de 1% saúde, 1% telecomunicações, 3% serviços, 3% óleo e gás, 3% tecnologia, 6% bens de consumo, 7% materiais básicos, 7% utilidades, 15% setor financeiro, 15% indústrias, 39% outros. A região geográfica pertencente a eles foram 3% Leste da Europa, 3% outros, 4% África, 4% Oceania, 10% América Central e do Sul, 10% América do Norte, 15% Ásia, 20% Global, 31% Oeste da Europa.

Tabela 7

##### A maioria das empresas foram resistentes em responsabilizar sua governança

	Número Observado	Número Esperado	Resíduo
Concordam	38	35.5	2.5
Não concordam	33	35.5	-2.5
Total	71		
Estatísticas de teste			
Qui-Quadrado		0,352a	
Graus de liberdade		1	
P-value		0.553	
Significância exata		0.635	
Probabilidade de ponto		0.159	

a. 0 células (0,0%) possuem frequências esperadas menores que 5. O mínimo de frequência de célula esperado é 9,5.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

A frequência esperada foi de 35,5 para ambos os casos, sendo a frequência observada entre os convergentes de 38 e pelos divergentes de 33 remetentes. O teste  $\chi^2$  foi igual a 0,352 para  $gl=1$  e  $p-value=0,553$ . Em relação à  $h_4$ , não é possível validá-la, ao contrário, não foi estatisticamente significativa. A tendência existente entre as empresas da amostra foi a de concordar em responsabilizar a sua governança pelas informações presentes no RI.

As empresas que concordaram adotaram uma postura similar ao da Port Metro Vancouver (2013), pois entenderam que a inclusão de uma declaração da governança ajudaria a garantir uma visão precisa e confiável de como a organização cria valor, bem como sua responsabilização por elas. Por outro lado, as empresas que discordaram informaram algo semelhante ao exposto pela Allianz SE (2013) quando expõe que uma integração real entre os relatórios abrangeria o relatório financeiro prestado a governos locais, sendo esse relatório já atribuído à responsabilidade para a governança das empresas.

Em seguida, foi testada a  $h_5$ , com o objetivo de identificar se as empresas com propensão a um maior nível de poluição foram resistentes em responsabilizar a governança pelas informações contidas no RI. Dos 71 remetentes considerados na  $h_4$ , 25% ou 18 empresas pertenciam a setores com maior propensão à poluição, sendo 2 empresas do setor de óleo e gás, 5 de materiais básicos e 11 industriais.

Tabela 8

**Posição das empresas poluidoras em responsabilizar sua governança sobre as informações contidas no RI**

	Número Observado	Número Esperado	Resíduo
Concordam	8	9.0	-1.0
Não concordam	10	9.0	1.0
Total	18		
Estatísticas de teste			
Qui-Quadrado		0,222a	
Graus de liberdade		1	
P-value		0.637	
Significância exata		0.815	
Probabilidade de ponto		0.334	

a. 0 células (0,0%) possuem frequências esperadas menores que 5. O mínimo de frequência de célula esperado é 9,5.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

A frequência esperada foi de 9 para ambos os casos, sendo a frequência observada entre os convergentes de 8 e para os divergentes de 10 remetentes. O teste  $\chi^2$  foi igual a 0,222 para  $gl=1$  e  $p-value= 0,637$ . Foi possível verificar uma tendência entre as empresas com maior propensão a poluir em serem resistentes em responsabilizar a sua governança. No entanto, essa tendência não foi estatisticamente significativa o que leva a rejeitar  $h_5$ .

Ao analisar  $h_4$  e  $h_5$  em conjunto, mesmo ambas não sendo estatisticamente significativas, foi possível verificar uma tendência divergente entre as duas hipóteses. Enquanto  $h_4$ , que possui empresas de diferentes setores incluindo aqueles com propensão a poluir, possui uma tendência a responsabilizar a governança das empresas pelas informações contidas no RI a  $h_5$ , que conta apenas com as empresas com maior propensão em poluir, a tendência verificada foi de não responsabilizar a governança pelas informações contidas no RI. Essas tendências divergentes levantam indícios sobre o que é defendido por Bewley e Li (2000) que empresas com maior risco de poluição tendem a dar informações mais gerais, menos materiais e que são mais resistentes em responsabilizar a governança da organização.

#### 4.2.2 O *lobbying* realizado pelas empresas de contabilidade

No que diz respeito ao posicionamento adotado pelas empresas de Contabilidade,  $h_6$  buscou identificar se elas concordaram em responsabilizar a governança de seus potenciais clientes pelas informações contidas no RI. A quantidade de remetentes classificadas como empresas, organizações ou profissionais de Contabilidade foi de 27 remetentes. A distribuição geográfica desse grupo foi de 4% América Central e do Sul, 4% Leste da Europa, 4% América do Norte, 7% África, 10% Oceania, 11% Ásia, 30% Oeste da Europa e 30% com atuação Global.

Tabela 9

**Profissionais de contabilidade concordaram em responsabilizar a governança das empresas pelas informações divulgadas no RI**

	Número Observado	Número Esperado	Resíduo
Concordam	21	13.5	7.5
Não concordam	6	13.5	-7.5
Total	27		
Estatísticas de teste			
Qui-Quadrado			8,333a
Graus de liberdade			1
P-value			0.004
Significância exata			0.006
Probabilidade de ponto			0.004

a. 0 células (0,0%) possuem frequências esperadas menores que 5. O mínimo de frequência de célula esperado é 9,5.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

A frequência esperada foi de 13,5 para ambos os casos. A frequência observada entre os convergentes foi de 21 e entre os divergentes foi de apenas 6. O teste  $\chi^2$  foi igual a 8,333 para  $gl=1$  e  $p-value=0,004$ . Dessa forma, é possível afirmar que existe uma tendência estatisticamente significativa entre o grupo de Contabilidade em concordar com o IIRC ao responsabilizar a governança das empresas, o que leva a não rejeitar  $h_0$ .

Os profissionais da contabilidade, ao concordarem em responsabilizar a governança, adotaram justificativas semelhantes ao da ERM CVS (2013) quando expôs que a declaração de responsabilidade elevaria o RI ao mesmo patamar dos relatórios anuais. Já a BDO Ukraine (2013), além de concordar, informou que a adoção e responsabilização da governança de empresas situadas em partes mais progressistas do mundo, ajudaria a acelerar o processo de responsabilização na Ucrânia. Assim, as empresas de Contabilidade não apenas concordaram em responsabilizar a governança das empresas, mas esperam que o RI se torne uma tendência global.

Uma vez que os profissionais da contabilidade e as empresas no geral apresentaram a tendência de responsabilizar a governança das organizações pelas informações contidas no RI, buscou-se melhor analisar esse indício - analisar se empresas no geral e profissionais do setor contábil sustentam a mesma posição é importante pois Georgiou (2004, 2002) sustentou que os profissionais da contabilidade concordarão com a opinião defendida pelos preparadores de relatório, que são os seus clientes. Dessa forma, foi realizado um teste  $\chi^2$  de Independência, por meio do qual se buscou identificar se há uma associação positiva entre o que foi defendido pelos preparadores e pelos profissionais da contabilidade, sendo trabalhada a seguinte hipótese estatística:

**$h_{a1}$ :** Concordar com a responsabilização da governança pelas informações contidas no RI depende se o grupo é de preparadores ou de profissionais da contabilidade.

A hipótese  $h_{a1}$  sustenta que ato de concordar em responsabilizar a governança da empresa depende se o remetente pertence ao grupo de *stakeholders* dos preparadores ou dos profissionais da contabilidade. A não rejeição de  $h_{a1}$  confirmará o que foi apresentado por Puro (1984) que os profissionais de Contabilidade farão *lobbying* em um sentido oposto aos dos seus clientes, quando houver a possibilidade do aumento da demanda de seus serviços de auditoria ou consultoria.

**$h_{a0}$ :** Concordar com a responsabilização da governança pelas informações contidas no RI independe se o grupo de *stakeholders* é de preparadores ou de profissionais da contabilidade.

De forma oposta,  $h_{a0}$  diz que não importa se o remetente pertence ao grupo de preparadores ou profissionais da contabilidade, ambos concordarão em responsabilizar a governança das empresas pelas informações contidas no RI. Caso não rejeite  $h_{a0}$ , o resultado apontará para o que foi encontrado por Georgiou (2004, 2002), ou seja, preparadores e profissionais da contabilidade tendem a defender os mesmos objetivos durante o *lobbying*.

Tabela 10

		Posicionamento		Total
		Concorda	Não concorda	
<i>Stakeholders</i>	Profissionais da contabilidade	21	6	27
	Preparadores de relatórios financeiros	38	33	71
	Total	59	39	98
$\chi^2 = 4,804a$		gl = 1		$P\text{-value} = 0.028$

Fonte: dados da pesquisa (2017)

O resultado do teste de Independência foi  $\chi^2 = 4,804$  para  $gl=1$ , o  $p\text{-value}$  foi de 0,028 sendo significativa a 5%. O resultado leva a rejeitar  $h_{a0}$  e não rejeitar  $h_{a1}$ , ou seja, concordar em responsabilizar a governança da empresa sobre as informações contidas no RI depende de que grupo de *stakeholders* o remetente pertence: preparadores ou profissionais de Contabilidade. Reuter e Messner (2015), ao verificar o *lobbying* realizado na primeira etapa do RI, identificaram que esses dois grupos concordaram na maioria das questões. Uma vez que na etapa de *Discussion Paper*, analisada por Reuter e Messner (2015), não apresentou nenhuma questão específica sobre a quem se destinaria atribuir a responsabilidade sobre as informações divulgadas no RI, não foi possível identificar se existiu uma diferença de atitude por parte dos preparadores ou da Contabilidade entre o processo de *Discussion Paper* e *Consultation Draft*.

O fato de muitos preparadores não terem concordado com a responsabilização faz que o argumento de Stubbs e Higgins (2018) ganhe força, sendo desejável que as principais bolsas de valores do mundo incentivem a utilização do RI, buscando que mais preparadores se tornem adeptos para, posteriormente, avançar em sua obrigatoriedade.

## 5. Conclusão

Este artigo verificou as respostas enviadas pelos diversos *stakeholders* ao IIRC sobre o conceito apresentado pelo órgão para a materialidade e sobre quem deveria ser responsabilizado pelas informações contidas no RI. O objetivo deste estudo foi o de verificar quais grupos de interesse concordavam com as medidas e conceitos em discussão para o RI e quais grupos discordavam, além das justificativas apresentadas por aqueles que divergiam. Esta análise é importante para identificar se o conceito de materialidade e a validade da informação do RI atendiam ao conceito esperado pelo seu público-alvo, provedores de capital financeiro, e se os demais *stakeholders* também concordavam com a proposta apresentada. Para isso, foram analisadas as cartas-comentários enviadas ao IIRC no *Consultation Draft*, última etapa de consulta pública para a elaboração do RI.

Uma vez que autores, como Gray e Bebbington (2000), defendem o conceito de materialidade não sob a ótica dos provedores de capital financeiro, mas sob o ponto de vista de todos os *stakeholders* e uma vez que esse conceito foi seguido por Flower (2015) e Thomson (2015) para criticar a definição de materialidade apresentada pelo IIRC, tornou-se necessário verificar se os próprios provedores de capital financeiro estavam de acordo com o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC. A esse respeito, os resultados encontrados por este estudo apontaram que de fato há uma tendência dos investidores em concordar com o conceito de materialidade definido pelo IIRC.



Este estudo encontrou que os preparadores de relatório, grupo constituído por empresas de diferentes setores, não concordaram com o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC por considerarem que tal conceito não contemplava satisfatoriamente aos demais *stakeholders*, sendo a maior parte das justificativas apresentadas por esse grupo de forma conceitual para tentar influenciar o IIRC.

Ao analisar a posição definida pelos demais *stakeholders* para o conceito de materialidade, este estudo encontrou que, de forma oposta à tendência apresentada pelos provedores de capital financeiro, os demais *stakeholders* tenderam a se posicionar contra o conceito de materialidade apresentado pelo IIRC. No entanto, semelhante aos provedores de capital financeiro, os demais *stakeholders* não formaram uma maioria estatisticamente significativa sobre a tendência da posição defendida.

No tocante à responsabilidade das informações contidas no RI, este artigo concluiu que as empresas que enviaram cartas ao IIRC, de forma geral, se mostraram abertas em responsabilizar a sua governança pelas informações contidas no RI, mas que os remetentes pertencentes a esse grupo não se uniram de forma significativa a esse respeito. No entanto, ao analisar as empresas com maior propensão a poluir, a tendência encontrada foi oposta, sendo as empresas do setor químico, petróleo, papel e celulose e indústrias de metais primários, mais resistentes em responsabilizar a governança da organização pelas informações contidas no RI, sendo esses achados de acordo com os apresentados por Bewley e Li (2000) e Li *et al.* (1997).

Sobre as empresas de Contabilidade, elas assumiram uma posição estatisticamente significativa ao concordar em responsabilizar a governança das organizações sobre as informações contidas no RI. Este resultado contraria o que foi argumentado por Jorissen *et al.* (2012) de que as empresas e profissionais da contabilidade tendem a fazer *lobbying* no mesmo sentido que os seus clientes; e concorda com Puro (1984) que afirma que as organizações e profissionais da contabilidade exercerão *lobbying* no sentido a aumentar a sua demanda de trabalho.

Desse modo, este artigo conclui que as sugestões apresentadas pelo IIRC para o RI no tocante à materialidade e à responsabilização das informações do RI tiveram o apoio dos provedores de capital financeiro. O apoio dos investidores é importante para o sucesso do RI, pois serão eles os principais usuários do relatório, ainda que a princípio não excluam os demais *stakeholders*. O RI, por meio de seus capitais, propiciou a possibilidade de os investidores minoritários possuírem novas informações que até então os relatórios financeiros não contemplavam. Por outro lado, as empresas apoiaram a iniciativa do RI desejando que ela contemplasse de melhor maneira os *stakeholders* e temas mais voltados para a sustentabilidade. As empresas, ao aceitarem o RI e desejarem contemplar em melhor forma as partes interessadas, podem ser vistas como um meio de buscar legitimidade pública. A legitimidade adquirida pelo RI possibilitaria um menor custo de capital para as empresas, além de um aumento de valor para ela, caso o mercado julgue que as informações relatadas foram relevantes para a tomada de decisão.

A contribuição trazida reside no fato de demonstrar o que foi discutido por Flower (2015), Thomson (2015), Stubbs e Higgins (2018) e Gibassier, Rodrigue e Arjaliès (2018) de que o RI em sua concepção foi elaborado para atender, primeiramente, aos investidores, deixando em segundo plano os interesses de grupos mais voltados à sustentabilidade. Os *stakeholders* não viram seus interesses representados, nos investidores, motivo pelo qual discordaram do conceito de materialidade. Uma vez que as demais partes interessadas, desde a concepção do RI, não se viram representadas é coerente expor que a integração pretendida e exposta no conceito de materialidade não foi entendido como algo amplo, sendo, portanto, algo que não estava totalmente integrado. Desse modo, se o conceito de materialidade não integrava ou ainda estava caminhando para uma integração total, ficaria fácil para uma empresa se legitimar e aumentar seu valor, pois não demandaria a princípio grandes mudanças operacionais.

A limitação deste estudo reside no fato de não considerar todas as questões presentes no *Consultation Draft*, além de não analisar o *lobbying* exercido em todo o processo de elaboração do RI. Como sugestão para futuras pesquisas, orienta-se verificar o *lobbying* sob a percepção que os remetentes possuíam sobre o conceito de capitais e modelo de negócio apresentado pelo IIRC na ocasião de elaboração do RI.

## Referências

- Alianz SE. (2013). *Alianz SE*. Recuperado em 1 outubro, 2016, de <http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>
- BDO Ukraine. (2013). BDO Ukraine. Recuperado em 1 outubro, 2016, de <http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>
- Beck, C., Dumay, J. & Frost, G. (2017). In Pursuit of a ‘Single Source of Truth’: from Threatened Legitimacy to Integrated Reporting. *Journal of Business Ethics*, 141(1), pp. 191-205. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2423-1>
- Bewley, K. & Li, Y. (2000). Disclosure of environmental information by Canadian manufacturing companies: A voluntary disclosure perspective. *Advances in Environmental Accounting & Management*, 1, pp. 201–226.
- Carvalho, L. N., & Kassai, J. R., (2014). Relato Integrado: a nova revolução contábil. *Revista Fipecafi*, 1, pp. 21-34.
- Cho, C. H, Laine, M., Roberts, R. W. & Rodrigue, M. (2015). Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 40, pp. 78-94, <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.12.003>
- Deloitte. (2011). *Integrated reporting. A better view?* Recuperado em 23 janeiro, 2017, de <https://www.iasplus.com/en/binary/sustain/1109integratedreportingview.pdf>
- Dermaria, S., Dufour, D., Louisylouis, M. & Luu, P. (2012). *An exploratory study of the exposure draft of IAS 19 due process*, available Recuperado quando ????? de [http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/69/09/43/PDF/431\\_Demaria\\_Dufour\\_Louisylouis\\_Luu.pdf](http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/69/09/43/PDF/431_Demaria_Dufour_Louisylouis_Luu.pdf)
- Downs, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row.
- Element Investiment. (2013). *Element Investiment*. Recuperado em 1 outubro, de 2016 de <http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>
- ERM CVS. (2013). *ERM CVS*. Recuperado em 1 de outubro, 2016, de <http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-a-e/>
- Ernst & Young, *Integrated reporting survey results*. Recuperado em 23 janeiro, 2017 de <http://www.hesabras.com/fa/filepool/download/8583610022684d3c8d0310f8536aa963?redirectpage=/fa/archive>
- Fasan, M., Mio, C., & Pauluzzo, R. (2016). Internal application of IR principles: Generali’s Internal Integrated Reporting. *Journal of Cleaner Production*, 139, pp. 204-218. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.07.149>
- Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: A story of failure, *Critical Perspectives on Accounting*, 27, pp. 1-17. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>
- G4. *Materiality*. Recuperado em 29 setembro, 2016, de <https://g4.globalreporting.org>.
- Georgiou, G. (2004). Corporate lobbying on accounting standards: Methods, timing and perceived effectiveness, *Abacus*, 40(2), pp. 219-237, <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2004.00152.x>
- Georgiou, G. (2002). Corporate non-participation in the ASB standard-setting process, *European Accounting Review*, 11(4), pp. 699-722, <https://doi.org/10.1080/0963818022000001028>
- Georgiou, G. (2010). The IASB standard-setting process: participation and perceptions of financial statement users, *The British Accounting Review*, 42(2), pp. 103-118, <https://doi.org/10.1016/j.bar.2010.02.003>
- Gibassier, D., Rodrigue, M. & Arjaliès, D. (2018). “Integrated reporting is like God: no one has met Him, but everybody talks about Him”: The power of myths in the adoption of management innovations”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(5), pp.1349-1380. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-07-2016-2631>
- Giner, B. & Arce, M. (2012). Lobbying on accounting standards: evidence from IFRS 2 on share-based payments, *European Accounting Review*, 21(4), pp. 655-691. <https://doi.org/10.1080/09638180.2012.701796>

- Gray, R. & Bebbington, K. J. (2000). Environmental accounting, managerialism and sustainability: Is the planet safe in the hands of business and accounting? *Environmental Accounting & Management (Advances in Environmental Accounting & Management, 1*, Emerald Group Publishing Limited, pp.1 - 44 .
- Gray, Rob. (2006). Social, environmental and sustainability reporting and organisational value creation?: Whose value? Whose creation?, *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 19*(6), pp.793-819. <https://doi.org/10.1108/09513570610709872>
- Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: Are view of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics, 31*(1-3), pp. 405-440. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00018-0](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00018-0)
- Hochberg, Y.V., Sapienza, P., & Vissing-Jorgensen, A. (2009). A lobbying approach to evaluating the sarbanes-oxley act of 2002, *Journal of Accounting Research, 47*(2), pp. 519-583.
- IIRC. (2013a) *Summary of significant issues*. Recuperado em 1 outubro, 2016, de <http://integratedreporting.org/resource/summary-of-significant-issues/>
- IIRC. (2013b). *Consultation Draft of the International <IR> Framework*. Recuperado em 1 outubro, 2016, de <http://integratedreporting.org/resource/consultationdraft2013/>
- IIRC. (2013c) *International Integrated Reporting Framework*. Recuperado em 1 outubro, 2016, de <http://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>
- Jorissen, A., Lybaert, N., Orens, R., & Tas, V. (2012). Formal participation in the IASB's due process of standard-setting: A multi-issue/multi-period analysis, *European Accounting Review, 21*(4), pp. 693-729. <https://doi.org/10.1080/09638180.2010.522775>
- KPMG. (2012). Integrated reporting. *Performance insight through better business reporting. Issue 2*. Recuperado em 23 janeiro, 2017, de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2012/06/KPMG-Integrated-Reporting-Performance-Insight-Through-Better-Business-Reporting-Issue-2.pdf>
- Kraska-Miller, M. (2014). *Nonparametric statistic for social and behaviorial sciences*. Taylor & Boca Raton: Francis Group.
- Li, Y., Richardson, G. D. & Thornton, D. B. (1997). Corporate Disclosure of Environmental Liability Information: Theory and Evidence. *Contemporary Accounting Research, 14*(3), pp. 435-474. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1997.tb00535.x>
- Ling, Q., & Mowen, M. (2013). Competitive Strategy and Voluntary Environmental Disclosure: Evidence from the Chemical Industry. *Accounting and the Public Interest, 13*(1), pp. 55-84. <https://doi.org/10.2308/apin-10344>
- Linthicum, C., Reitenga, A. & Sanchez, J. (2010). Social responsibility and corporate reputation: The case of the Arthur Andersen Enron audit failure. *Journal of Accounting and Public Policy, 29*(2), pp. 160-176.
- Orens, R., Jorissen, A., Lybaert, N. & Tas, V. (2011). Corporate lobbying in private accounting standard setting: Does the IASB have to reckon with national differences?, *Accounting in Europe, 8*(2), pp. 211-234. <https://doi.org/10.1080/17449480.2011.621672>
- Port Metro Vancouver. (2013). *Port Metro Vancouver*. Recuperado em 1 outubro, 2016, de <http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-p-t/>
- Pricewaterhousecoopers. (2012). *Towards better business reporting*. Recuperado em 23 janeiro, 2017, de <http://www.pwc.com/gx/en/audit-services/corporate-reporting/integrated-reporting/assets/pwc-towards-better-reporting-opinion-pdf>
- Puro, M. (1984). Audit firm lobbying before the financial accounting standards board: An empirical study. *Journal of Accounting Research, 22*(2), pp. 624-646. <https://doi.org/10.2307/2490668>

- Reuter, M. & Messner, M. (2015). Lobbying on the integrated reporting framework, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28(3), pp. 365-402. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2013-1289>
- Roychowdhury, S. & Sletten, E. (2012). Voluntary Disclosure Incentives and Earnings Informativeness. *The Accounting Review*, 87(5), pp. 1679-1708. <https://doi.org/10.2308/accr-50189>
- Searcy, C. & Buslovich, R. (2014). Corporate perspectives on the development and use of sustainability reports. *Journal of Business Ethics*, 121(2), pp. 146-169. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1701-7>
- Siegel, Sidney. (1957). *Nonparametric statistic for the behavioral sciences*: 2ª edition. New York, NY: McGraw-Hill.
- Stenka, R.I. & Taylor, P. (2010). Setting UK standards on the concept of control: An analysis of lobbying behaviour, *Accounting and Business Research*, 40(2)2, pp. 109-133.
- Stubbs, W. & Higgins C. (2018). Stakeholders' Perspectives on the Role of Regulatory Reform in Integrated Reporting. *Journal of Business Ethics*, 147(3), pp. 489-508. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2954-0>
- Sutton, T.G. (1984). Lobbying of accounting standard-setting in the UK and the USA: A downsian analysis, *Accounting, Organizations and Society*, 9(1), pp. 81-95, [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(84\)90031-X](https://doi.org/10.1016/0361-3682(84)90031-X)
- Tandy, P.R. & Wilburn, N.L. (1996). The academic community's participation in standard setting: Submission of comment letters on SFAS nos. 1-117, *Accounting Horizons*, 10(3), pp. 192-111.
- The Media Group. (2013). *The Media Group*. Recuperado em 1 de outubro, 2016, de <http://integratedreporting.org/consultation-draft-submissions-p-t/>
- Thomson, I. (2015). 'But does sustainability need capitalism or an integrated report' a commentary on 'the international integrated reporting council: A story of failure' by flower, J, *Critical Perspectives on Accounting*, 27, pp. 18-22. <https://doi:10.1016/j.cpa.2014.07.003>
- Tunico, F. R. & Rodrigues, R. N. (2016). Participação das Empresas dos Países Emergentes na Definição do Framework do Relato Integrado: Análise do Consultation Draft de 2013. *Anais do Congresso UFPE de Ciências Contábeis*. Recuperado em 23 janeiro, 2017, de <http://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/SUCC/article/view/2791>
- Watts, R.L. & Zimmerman, J.L. (1978). Toward a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, 53(1), pp. 112-134.
- Watts, R. L. (1977). Corporate Financial Statements: A Product of the Market and Political Processes. *Australian Accounting Review*, 2(1), pp. 53-75.
- Young, J.J. (2006). Making up users. *Accounting, Organizations and Society*, 31(6), pp. 579-600. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2005.12.005>
- Zhou, S., Simnett, R. & Green, W. (2017). Does Integrated Reporting Matter to the Capital Market?. *ABACUS*, 53(1), pp. 94-132. <https://doi.org/10.1111/abac.12104>